

**PRECARIZAÇÃO DA VIDA DOS(DAS) TRABALHADORES(AS)
E ORGANIZAÇÃO POPULAR NA LUTA POR MORADIA NO
MÉXICO(1970-2000).**

Joana Darc Virginia dos Santos¹

AZIRA, Marina; RAMIREZ, Juan Manuel. *Urbanizacion, mercados de trabajo, y escenarios sociales en el México finseccular.*

As ações entrelaçadas dos sujeitos em diversos âmbitos compõem as condições históricas específicas da produção e reprodução da vida. Marina Azira² e Juan Manuel Ramirez³ abordaram, neste texto de oitenta e cinco páginas, o impacto das medidas econômicas adotadas pelo governo federal, tanto em termos de continuidades quanto de rupturas, na organização social e espacial dos (as) trabalhadores (as) mexicanos (as) no período de 1970 a 2000.

Suas reflexões resultam de um trabalho coletivo que contou com a participação de diversos (as) pesquisadores (as) para a sistematização de uma complexa rede de dados que evidenciam as complexas interações socioeconômicas que circundam aqueles sujeitos, dentre as quais foram destacados nas análises: mercados de trabalho, violência social e mobilização popular na luta por moradia.

Segundo estes pesquisadores do Instituto de Investigações Sociais da Universidade Autônoma do México (UNAM)⁴, o processo de urbanização nas cidades mexicanas entre 1970 e 2000 delineou-se pela combinação de diferentes fatores, com predominância para as realocações das atividades produtivas e mudanças no papel econômico das cidades. Nesse período os mercados de trabalho no México sofreram alterações determinantes agravadas pelas sistemáticas crises econômicas, desvalorizações da moeda nacional, perda do valor real dos salários e a precarização da vida dos trabalhadores. Tais acontecimentos, segundo comprovam os pesquisadores, expressam o modelo econômico adotado pelos representantes do Estado mexicano, alinhados à política econômica internacional. O quadro de sucessivas crises que se aprofundaram na década de 90 resultou em inúmeros infortúnios para o povo mexicano e particularmente na precarização da vida dos (as)

trabalhadores (as), ao que se somou a incapacidade do Estado de atender as demandas sociais. Tal quadro provocou o aumento da violência nos grandes centros urbanos que já vivenciavam este fenômeno, também identificado em outras cidades latino-americanas no mesmo período.

A análise dos dados demográficos sobre os fluxos migratórios naquele país demonstrou que, conforme informam, entre as décadas de 1950 e 1970, o movimento populacional deu-se no sentido campo/cidade e que, a partir da década de 1980, a migração ocorreu entre cidades, o que os levou a refletir sobre o significado destes deslocamentos. Concluem os autores que o primeiro fluxo migratório acelerou a urbanização e o adensamento populacional, principalmente na Cidade do México que concentrou neste período 40% da população urbana com taxa de crescimento populacional anual sete vezes maior que o da cidade de Guadalajara, no mesmo período. Na década de 90 mais da metade da população mexicana passou a residir em áreas urbanas.

Durante o período de 1970 a 2000 o número de cidades duplicou e o aumento populacional registrado foi de 188% com tendência à dispersão da população para as cidades que ganharam importância econômica, principalmente a partir de 80, e com concentração da população nas cidades com mais oferta de empregos. A cidade do México, capital da federação, é uma das que mais evidenciaram estas mudanças, pois, além da desaceleração em seu crescimento populacional, do crescimento de suas áreas periféricas, ainda sofreu com a evasão, passando a abrigar apenas 27% do total da população urbana. Sua população, a partir de 1992, deslocou-se principalmente para os centros urbanos do norte do país, fato que se repetiu em outras metrópoles como Guadalajara, Puebla e Torreón, resultando em uma redistribuição populacional entre as nove principais cidades mexicanas. Assim, o golfo e o centro-norte do país, transformaram-se em um novo pólo de atração populacional.

Tais fatos expõem as mudanças causadas por diferentes processos simultâneos que modificaram o modo de vida dos (as) mexicanos (as), entre eles: diferentes formas de urbanização e realocação das atividades produtivas decorrentes de alterações no papel econômico das cidades, assim como a diminuição da taxa de fecundidade.

As cidades da região norte do país, sofreram grande impulso econômico entre 1980 e 88 devido ao aumento e à diversificação das atividades exportadoras, principalmente com a implantação de indústrias de maquiagem. A crise que assolou os países latino-americanos na década de 70 atingiu o México apenas a partir da década de 80, retardada pelo boom petrolífero no país ocorrido entre 1978-1980. Mas esta crise foi sucedida por um ciclo cujas repercussões mudaram o perfil urbano das cidades. Os efeitos desta crise na vida dos trabalhadores (as) mexicanos (as) podem ser observados no período de 1980

Precarização da vida dos trabalhadores no México

a 2000, período em que se verificam as principais mudanças no mercado de trabalho daquele país. Entre os mais significativos estão: a perda de valor real dos salários, a alta inflacionária e conseqüente precarização das condições de vida.

Em decorrência da crise econômica de 1994, as indústrias voltadas para o mercado interno das regiões norte demitiram milhares de trabalhadores (as). Mas o descolamento para as cidades desta região continuaram, compondo uma média superior à nacional. A explicação para esta continuidade é encontrada pelos pesquisadores no fato de que, apesar da crise, as indústrias de maquiagens, químicas, automobilísticas, localizadas na região, têm sua produção voltada para o mercado externo, e puderam continuar em expansão mesmo com a crise financeira. Concomitantemente, a Cidade do México sofreu um processo de desindustrialização enquanto se transformava em uma central intermediária das relações comerciais no país.

Nestes processos de realocação dos assentamentos urbanos⁵ milhares de pessoas fixaram moradia em locais que não dispunham de saneamento básico e serviços necessários para a reprodução de sua vida material. De acordo com os pesquisadores, tais fatos impulsionaram a organização de pessoas na luta por moradia e condições dignas de sobrevivência. Estes grupos inicialmente atuaram de forma muito combativa, mas ao longo do processo de lutas se desmobilizaram.

Os autores destacam ainda que a crise de 1994 foi das mais devastadoras para a população mexicana, com elevação de 52% da inflação e diminuição de 12% do valor real do salário mínimo. Suas estimativas indicam que o valor do salário mínimo em 2000 significou um terço do salário mínimo de 1980. As altíssimas taxas de desemprego, as extensas jornadas de trabalho, com salário igual ou menor a dois mínimos que se mantiveram no mesmo patamar do auge da crise de 1994: 23,8% configuram, no entender destes analistas, um quadro que eles denominam *Condições Críticas de Ocupação* (CCO).

A alternativa dessa população foi encontrar alguma renda realizando atividades informais, reproduzindo uma tendência que se manifesta em diferentes períodos econômicos. Ou seja, expansão, devido às crises econômicas e à diminuição dos postos de trabalho formais e refluxo em momentos de crescimento econômico. As pesquisas relativas aos anos de 1992 e de 1998 feitas junto aos (as) trabalhadores (as) autônomos (as) indicam a fragilidade e a precariedade das condições destes negócios.

Concomitantemente verificam uma escalada de violência nas cidades mexicanas, embora indiquem que esta também decorre de fatores estruturais, políticos e institucionais. O alto índice de impunidade e a incapacidade do Estado de responder com eficiência às ações violentas potencializaram os efeitos da violência sobre a vida dos (as) mexicanos (as).

Após demonstrar a incidência das crises econômicas sobre a vida dos trabalhadores urbanos mexicanos os autores centram sua análise da configuração destes diferentes nexos na Cidade do México, considerada como um caso exemplar da combinação entre crise econômica, crescimento populacional acelerado nas periferias e incapacidade do Estado em responder as demandas sociais. Em 1990 a taxa de crescimento anual de delitos na Cidade do México era de 2,2%. Já em 1994 o índice registrado foi de 35,4%.

Conforme apontam, esta cidade abrigou o maior número de lutas por moradia do país, cujos resultados são considerados mais relevantes⁶ e que podem ser divididas em quatro fases.

No início dos anos 80 as *Comunidades Eclesiais de Base*, camponeses, trabalhadores urbanos e professores organizaram-se setorialmente; ao longo da década de 80 estes movimentos perderam a força e surgiram outras organizações como a dos desalojados devidos aos desastres urbanos. No fim dos anos 80 algumas das organizações assumiram novas funções e uma série de organizações não governamentais (ONGS) foram fundadas.

Mas entre 1990 e 2000 as principais organizações perderam força e novas aglutinações se constituíram em torno da identidade sociocultural reconhecidas pelos (as) participantes: camponeses, cidadãos e indígenas.

As *Organizações Urbanas Populares Independentes* (OUPs), por exemplo, surgiram como grupos populares que se dedicaram às lutas por terra, casa e serviços urbanos nas cidades mexicanas e aglutinaram desde camponeses, inquilinos, solicitantes de crédito, mulheres e desalojados por desastres urbanos. Grande parte dos (das) participantes destas organizações eram trabalhadores (as) temporários (as), vendedores (as) ambulantes e pequenos (as) comerciantes.

Entre os fatores que condicionaram as ações das OUPs estão o contexto econômico e político do México e as identidades estabelecidas entre os membros das organizações.

A desmobilização das organizações de luta por moradia na Cidade do México, segundo Ariza e Ramirez, tem origem na estrutura corporativo-clientelista do Estado mexicano e na sua grande capacidade de cooptar os articuladores das reivindicações. Os poucos recursos que chegavam aos (as) trabalhadores (as) foram destinados para a habitação popular e eram provenientes de créditos internacionais e de algumas empresas para-estatais, cujo montante era distribuído pelos representantes do Estado segundo seus interesses corporativos-clientelistas e de governabilidade.

Os autores aliam a análise ontológica à estruturalista para o desenvolvimento de seu trabalho e utilizam o conceito desenvolvido por McCarthy e Zald⁷ denominado de *Estrutura de Oportunidades*⁸ para caracterizar a situação criada a partir da disponibilidade de recursos na área da habitação que propiciaram a ação das OUPs e ao analisar a trajetória

Precarização da vida dos trabalhadores no México

destas organizações no âmbito nacional apontam quatro tendências. Em primeiro, os movimentos sociais que antes eram predominantemente rurais passam a se concentrar nas zonas urbanas; e em segundo lugar se transformam: de pequenos grupos para grandes grupos com ação de âmbito nacional. Em terceiro, quando as OUPs tornaram-se legais suas ações deixaram de ser espontâneas e passaram a ser planejadas; em quarto, deixaram de ser independentes, anti-eleitoreiras para defenderem posições partidárias na ordem democrática e este sentido se atrelam ao Estado. As ações governamentais, no concernente à moradia – que era a maior reivindicação das OUPS- revela bem esta vinculação. Este atende apenas as demandas dos grupos que estavam de acordo com as diretrizes governamentais e, além disto, deu visibilidade aos líderes destes mesmos grupos, o que limitou as ações das OUPs.

As OUPs tiveram como máximo de suas conquistas a moradia e as ações governamentais neste sentido restringiram-se a destacar líderes das organizações que encaminharam as demandas de acordo com o aparo burocrático do Estado, condicionadas às exigências que limitaram as ações das OUPs.

A ligação direta que os membros das OUPs estabeleceram com os partidos de esquerda do México, principalmente quando assumiram cargos eletivos e/ou comissionados na estrutura governamental, impossibilitaram as organizações de estabelecerem direções próprias. Os objetivos políticos ao longo da trajetória das OUPs apareceram com mais força na definição de prioridades. Tal fato, aliado à diminuição de recursos disponíveis na área de habitação popular no México, desagregou estas organizações e propiciou sua partidarização.

Para além das reflexões dos autores, é possível estabelecermos alguns nexos entre a situação da classe trabalhadora mexicana e a brasileira. Em ambos os casos, no período de 1980-2000, houve um processo de crescente precarização das condições de trabalho que resultou em graves problemas sociais, entre eles os relacionados à moradia e ao acesso aos serviços urbanos. As pesquisas por mim desenvolvidas sobre a relação entre o governo municipal e os movimentos de luta por moradia na cidade de Diadema⁹, caso exemplar brasileiro da combinação entre crescimento populacional vertiginoso, reestruturação produtiva e incapacidade do Estado de atender as demandas sociais, demonstram os efeitos da precarização das condições de vida dos (das) trabalhadores (as), impedindo o acesso destes à moradia por meio do mercado formal a partir do poder de compra dos salários pagos pelo emprego da sua força de trabalho e indicam um intenso processo de cooptação das lideranças destes movimentos para a esfera governamental e partidária com seqüente desmobilização destas organizações.

A cada nova superação das crises econômicas, tanto no México como no Brasil,

Joana Darc Virginia dos Santos

não foram verificadas melhorias efetivas para os (as) trabalhadores (as). As lutas sociais consideradas perniciosas, por aparentarem transformar-se em entraves para o desenvolvimento do capitalismo, sofreram intervenções organizadas pelo Estado, muitos (as) ativistas dos movimentos foram cooptados para esferas do poder o que causou cerceamento da autonomia e direção das organizações populares.

Consideradas as especificidades histórico-sociais dos agrupamentos humanos na América Latina, identifico que a super exploração do trabalho e as péssimas condições de vida dos (as) trabalhadores (as) são comuns e se perpetuam a cada nova fase do desenvolvimento do capitalismo.

Notas

¹Mestranda do programa de Pós-graduação em História da PUC/SP sob orientação da prof. Dra. Vera Lucia Vieira. joana_dvs@yahoo.com.br

²Marina Azira é doutora em sociologia, pesquisadora da UNAM. Áreas de interesse: migração, família, mercado de trabalho e gênero.

³Juan Manuel Ramirez é doutor em ciência política, pesquisador da UNAM. Áreas de interesse: políticas públicas em habitação, lutas sociais e estudos populacionais.

⁴Fundada em 1910 esta universidade tem se mantido como um dos principais centros de produção científica da América Latina, particularmente na área de Humanas.

⁵Os autores se referem aos fluxos migratórios campo/cidade (1950 a 1970) e entre as cidades (a partir de 1980).

⁶Para esta análise, os autores se valeram dos estudos de uma ONG que atua na cidade, denominada *Organizações Urbanas Populares Independentes* (OUPs).

⁷John D. McCarthy é professor de Sociologia da Universidade do Estado da Pensilvânia e desenvolve pesquisas sobre as organizações sociais e a ordem pública.

⁸Mayer N Zald é professor do curso de Administração de Empresas e Sociologia da Universidade de Michigan e dedica estudos sobre a relação entre movimentos sociais e Estado.

⁹O conceito *Estrutura de Oportunidades* utilizado por McCARTHY E ZALD explicita a interferência do Estado no surgimento e fortalecimento de entidades civis a partir de incentivos financeiros governamentais e abertura de canais de participação popular nas esferas políticas de decisão. A construção de tal conceito não abarca as especificidades histórico-sociais de cada organização social, aponta tendências gerais da relação entre governo e sociedade civil que se repetem de forma diferenciada ou não em sociedades de tipo organizacional. Para saber mais ver: McCARTHY, Jonh. ZALD, Mayer. *Movimentos Sociais em uma Sociedade Organizacional*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1987.

¹⁰Pesquisa de dissertação de mestrado intitulada *Lutas por Moradia na cidade de Diadema (1983-1996): Cooptação política e acomodação dos conflitos do capital* sob orientação da professora doutora Vera Lúcia Vieira pela PUC-SP.